

**EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.197 - PR  
(2019/0139633-5)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**EMBARGANTE : C R C**  
**ADVOGADOS : THIAGO ISSAO NAKAGAWA - PR049807**  
**ISALTINO DE PAULA GONÇALVES JÚNIOR - PR049582**  
**JEZER RODRIGUES DE MELO - PR071148**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**EMENTA**

PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. 1. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, AMBIGUIDADE, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. MERA IRRESIGNAÇÃO. NÃO CABIMENTO. 2. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRÁTICA DE ATO LIBIDINOSO COM MENOR DE 14 ANOS. 3. TENTATIVA DE CONJUNÇÃO CARNAL. CONSUMAÇÃO DE OUTROS ATOS LIBIDINOSOS. PRÁTICA DO CRIME DO ART. 217-A DO CP EM SUA FORMA CONSUMADA. 4. RECORRENTE NÃO APONTA ONDE HOUE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. 5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração possuem fundamentação vinculada, dessa forma, para seu cabimento, é necessária a demonstração de que a decisão embargada se mostrou ambígua, obscura, contraditória ou omissa, conforme disciplina o art. 619 do Código de Processo Penal. A mera irresignação com o entendimento apresentado no acórdão, que negou provimento ao agravo regimental, não viabiliza a oposição dos aclaratórios.

2. Como é de conhecimento, o art. 217-A do Código Penal tipifica o estupro de vulnerável, o qual dispõe que é crime "ter conjunção carnal ou **praticar outro ato libidinoso** com menor de 14 (catorze) anos". Dessa forma, não se exige a efetiva conjunção carnal para consumação do crime, porquanto este se consuma igualmente com a prática de atos libidinosos diversos.

3. No caso em tela, o recorrido pretendia, em verdade, praticar conjunção carnal com a menor, **fato que apenas não se consumou, por circunstâncias alheias à sua vontade**. Dessarte, efetivamente demonstrada a tentativa de prática de conjunção carnal. Nada obstante, os atos anteriores à

tentativa de conjunção carnal, na situação concreta, já revelam, por si só, **a prática de outro ato libidinoso**, apto a configurar igualmente o tipo penal do art. 217-A do Código Penal, na sua forma consumada.

**4.** *In casu*, o recorrente não aponta a presença de quaisquer dos vícios autorizadores para interposição dos embargos. Sustenta, apenas, que o crime cometido pelo embargante foi tentado e não consumado, sendo clara a tentativa de reforma da decisão mediante mero inconformismo.

**5.** Embargos de declaração rejeitados.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator